

Desenvolver a Europa com os Cidadãos: Utilizar as Potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação para Promover a Participação nas Grandes Decisões do nosso Futuro Comum

Teresa Alves

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

O modelo de desenvolvimento da Europa deve centrar-se na capacidade de transformar os desafios que enfrentamos - envelhecimento da população, mudanças nos valores e estilos de vida, mundialização da economia, crescimento da concorrência, evolução tecnológica, alterações ambientais - em novas oportunidades. Para tal, é necessário modernizar a economia europeia, propondo soluções que utilizem o conhecimento e a inovação como motores do crescimento sustentável e permitam assegurar o modelo social europeu. O sucesso destas acções passa pela implementação de novas formas de participação dos cidadãos nas grandes decisões do nosso futuro comum.

Quando durante o Conselho Europeu de Lisboa (2000), os Chefes de Estado e de Governo lançaram a “Estratégia de Lisboa”, o objectivo era tornar a União Europeia na economia mais competitiva do mundo e alcançar o objectivo de pleno emprego até 2010. Esta estratégia assentava em três pilares: pilar económico, em que era dada prioridade à necessidade permanente de adaptação à evolução da sociedade de informação e aos esforços a realizar em matéria de investigação e desenvolvimento, de modo a preparar a transição para uma economia mais competitiva, mais dinâmica e baseada no conhecimento; pilar social que deveria permitir modernizar o modelo social europeu graças ao investimento nos recursos humanos e à luta contra a exclusão social, para isso os Estados membros deveriam investir na educação e na formação, e desenvolver uma política activa a favor do emprego, de modo a facilitar a transição para a economia do conhecimento; pilar ambiental que chamava a atenção para a necessidade de dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos naturais.

Tendo em conta que as políticas em causa dependiam quase exclusivamente das competências atribuídas aos Estados membros, foi adoptado um método aberto de coordenação, que incluiu a elaboração de planos de acção nacionais. O balanço intercalar elaborado em 2005 revelou que os indicadores utilizados fizeram perder de vista a hierarquização dos objectivos e demonstrou que os resultados alcançados assumiam uma importância relativa diminuta.

Por esta razão, o Conselho aprovou uma nova parceria com o objectivo de concentrar esforços na realização de um crescimento, mais forte e sustentado, e na criação de empregos mais numerosos e de melhor qualidade. O processo de coordenação foi simplificado. As orientações integradas para o crescimento e o emprego passaram a estar associadas às orientações para as políticas macroeconómicas e microeconómicas. E serviram de base tanto para o Programa Comunitário de Lisboa, como para os programas nacionais de reformas. Ao lançar esta parceria para o crescimento e o emprego como recomeço da estratégia de Lisboa, o Conselho Europeu da Primavera de 2005 classificou o conhecimento e a inovação como os motores do crescimento sustentável e declarou ser essencial construir uma sociedade da informação totalmente inclusiva, baseada na utilização generalizada das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) nos serviços públicos, nas PME e ao nível doméstico.

Estas decisões reconhecem não só que as TIC são um poderoso motor de crescimento e emprego, um quarto do crescimento do PIB da União Europeia e 40% do crescimento da produtividade devem-se a estas tecnologias, como as diferenças de desempenho económico entre os países são explicadas, em grande medida, pelo nível de investimento, de investigação e de utilização das TIC e pela competitividade das empresas ligadas à sociedade da informação e aos *media*. Neste recomeço da Estratégia de Lisboa as

oportunidades para o desenvolvimento da cidadania europeia através do aumento do potencial de participação das pessoas nas decisões continuaram, contudo, a ser pouco valorizadas.

Num momento em que se debate o modo como os poderes podem e devem ser exercidos no seio da UE, o desenvolvimento da Estratégia de Lisboa pode garantir as condições necessárias para adoptar novas formas de governança que aproximem mais a União dos cidadãos, tornando-a mais eficaz, reforçando a democracia e consolidando a legitimidade das suas instituições. O papel que os cidadãos podem desempenhar nos projectos Cidades e Regiões Digitais, em Portugal, são disso um bom exemplo. Nestes projectos o cidadão pode ser, através da utilização das TIC, o actor principal em áreas, como a gestão territorial, onde pode interagir e contribuir com o seu conhecimento para decisões do quotidiano local e regional tornando-as mais adequadas às suas necessidades.